

## **O ESTADO COMO LEVIATÃ NA VIDA COTIDIANA DO PESCADOR ARTESANAL NA BAÍA DE SEPETIBA**

**Antonio Lopes Ferreira Vinhas**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia

Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

antoniolvinhas@yahoo.com.br

### **RESUMO**

O artigo tem como objetivo a análise da intervenção do Estado na vida cotidiana do pescador artesanal na Baía de Sepetiba. Usamos a metáfora bíblica, apropriada por Thomas Hobbes do monstro Leviatã para tratar das intervenções do Estado na Baía de Sepetiba, que revela as contradições do capital na vida cotidiana do pescador artesanal. A partir da tríade analítica espaço, cotidiano e ação, podemos compreender como esta intervenção na vida cotidiana do pescador artesanal se realiza além das possibilidades de sobrevivência, que surgem com as microrresistências.

Palavras-chaves: Estado, portos, pescador artesanal e cotidiano.

### **ARTISANAL FISHERMAN IN THE SEPETIBA BAY**

#### **Abstract**

The article aims to analyze the intervention of the State in the everyday life of the artisanal fisherman in Sepetiba Bay. We use the biblical metaphor appropriated by Thomas Hobbes of the monster Leviathan to deal with state interventions in Sepetiba Bay, which reveals the contradictions of capital in the everyday life of the artisanal fisherman. From the analytical triad of space, daily life and action, we can understand how this intervention in the everyday life of the artisanal fisherman takes place beyond the possibilities of survival, which arise with micro-resistances.

**Key-words:** State, ports, artisanal fisherman, everydaylife

### **INTRODUÇÃO**

O artigo tem como objetivo a análise da intervenção do Estado na vida cotidiana do pescador artesanal na Baía de Sepetiba. A Baía de Sepetiba nos últimos anos tem passado por uma transformação muito rápida, que é consequência da produção do espaço. Diversos portos privados têm surgido neste local, além do estaleiro da Marinha. Isso tem comprometido a vida cotidiana dos pescadores artesanais que vivem com recursos da Baía de

Sepetiba. Para compreender melhor esse problema na Baía de Sepetiba entre empresas com portos privados e pescadores artesanais usamos a tríade analítica espaço, cotidiano e ação.

Este artigo está organizado em duas partes. Na primeira discutimos a intervenção do Estado na produção do espaço na Baía de Sepetiba, sendo o agente da lógica do capital, revelando suas contradições, principalmente com a propriedade privada. Usamos a metáfora Leviatã (mostro marinho) para designar o Estado, que age de forma agressiva, como o monarca absolutista dos tempos de Thomas Hobbes. Este Leviatã interfere diretamente na vida cotidiana do pescador artesanal.

Na segunda parte procuramos mostrar que o cotidiano do pescador artesanal é a dimensão da opressão, mas é também onde ocorrem as possibilidades que originam as microrresistências que são fundamentais para a sobrevivência. Nas considerações finais, entendemos que é preciso pensar o cotidiano como dimensão do espaço para que a vida seja possível.

Encerramos ainda na metáfora dos pescadores lutando contra o Leviatã com anzóis, isto é, com o que tem, mostrando que a resistência se faz como se pode, com o que está no âmbito das possibilidades.

## **O LEVIATÃ NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA BAÍA DE SEPETIBA E SUAS CONTRADIÇÕES**

Para desenvolvimento deste artigo é relevante iniciar com uma ideia que norteará este trabalho: “o Estado é o Leviatã da Baía de Sepetiba”. A partir desta ideia, cabe uma breve explicação do que é o Leviatã, para compreender a metáfora que usamos, com intuito de entender a ação do Estado na Baía de Sepetiba.

Leviatã é um termo que aparece inicialmente na Bíblia, retratando um monstro marinho, no livro de Jó, capítulo 41: “Poderás tirar com anzol o Leviatã, ou ligarás a sua língua com uma corda? Podes pôr um anzol no seu nariz, ou com um gancho furar a sua queixada?”. A metáfora bíblica revela a atuação limitada de pescadores com azois, contra um monstro marinho, mostrando o limite do homem diante às situações adversas.

O filósofo Thomas Hobbes, no século XVIII (2012[1651]), escreveu o livro *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e Civil*. Hobbes se apropria da metáfora bíblica para justificar o absolutismo monarca na Inglaterra. Não é a pretensão discutir toda a obra de Hobbes, mas esclarecer que a metáfora do autor apoiado na referência bíblica se encaixava muito bem naquele contexto político. O filósofo faz uso da metáfora do mostro sagrado, isto é, bíblico, tendo uma clareza a partir de sua ideia das ações do soberano monarca (ungido por Deus), que precisava conter os conflitos sociais com mão de ferro. Sendo assim, ninguém poderia contestar o *Leviatã*, por ser designado por Deus.

Todavia, a ação do *Leviatã*, seja bíblica, ou seja, de Hobbes (2012) cria suas contradições. Da mesma forma que o monstro sagrado não se rende ao anzol do pescador, o monarca absolutista que age em nome do Estado com mão de ferro para conter o conflito social, acaba gerando mais conflitos. Na monarquia absolutista, o direito de refletir é inexistente, não muito diferente de monarquias contemporâneas, que apenas ganharam novos adereços, fazendo com que a democracia tenha que ser repensada. Cai o monarca, mas a monarquia permanece. Assim, fica uma indagação: se o *Leviatã* é o monarca e/ou a monarquia? Todavia, ambos representam o Estado.

Pogrebinschi (2009) ao comentar o que Marx pensa sobre a democracia e a monarquia, esclarece que a primeira é um conteúdo que jamais pode ser pensado pelo viés da segunda, que é uma forma, assim como a república. Assim, a autora esclarece em Marx, que a democracia revela a monarquia, nos deixando claro que o escopo do *Leviatã* discutido aqui é o Estado que se apresenta sempre na tentativa de ser incontestável, estando imbricado na política moderna. Aqui metaforicamente, chamamos o Estado de *Leviatã*, pelas contradições que provoca ao agir na Baía de Sepetiba, que apresentaremos mais a frente, reificando o cotidiano do pescador artesanal.

O Estado, digo o *Leviatã* interfere no cotidiano do homem com agressividade, que Andrey Zvyagintsev expressa com excelência no filme que dirigiu, em 2014, "*Leviatã*". Zvyagintsev (2014) consegue perceber e passar ao

público as contradições que o Estado em nome do capital estabelece na vida das pessoas, chegando a dar entrevista a um site (2017) onde afirma que:

“fico surpreso pelo fato de *Leviatã* ter sido levado tão detalhadamente a sério, como se fosse um documentário. Para ele, não se trata somente da Rússia, em especial, mas das rasteiras que as pessoas normais sofrem do sistema”.

O filme recebeu crítica inclusive por parte da Igreja, pois o Leviatã é um personagem bíblico que surge para interferir no cotidiano das pessoas, não diferente na Baía de Sepetiba, com os pescadores artesanais. O diretor mostra em seu filme, que a ideia a ser passada não é somente a de monstros que estão no mar, mas em terra também, principalmente na ação do Estado que provoca a especulação imobiliária, e conseqüentemente a desapropriação, que é discutida por Harvey (2016) como uma das contradições fundamentais do capital, a propriedade privada e o Estado capitalista. O Estado vem como o monstro, o interventor, para satisfazer a lógica do capital e seus tentáculos, que são suas contradições, muito bem expostas por Harvey (2016).

Carlos (2015) em Crise Urbana discute a propriedade privada como pressuposto da condição de realização do capital, onde este surge como monstro sagrado, isto é, tentando ser incontestável. As contradições geradas são as próprias tensões que se materializam no espaço (Foto 1). Na Baía de Sepetiba os portos que avançam para o mar são a extensão da propriedade privada, que torna parte do mar privado. O Estado cria um elo entre o possuído, neste caso o mar, e a instituição jurídica, aqui representada pela empresa portuária. Acompanhando o pensamento de Harvey (2016) a contradição, isto é, o tentáculo do capital está no poder coercitivo e regulador do Estado, para definir e dar à forma legal a propriedade privada portuária.

**Foto 1 – A tensão do Porto Sudeste e o pescador artesanal.**



Foto: Ricardo Moraes (2013).

A ação do Estado na Baía de Sepetiba permitiu que as áreas de proteção ambiental, com manguezais, se tornassem propriedades privadas, sendo este fiador da reprodução do capital, interferindo no cotidiano do pescador artesanal. As particularidades da pesca artesanal manifestam a vida no cotidiano. Essa produção da vida é para Carlos (2015) a produção prática do espaço, onde se realiza a existência na Baía de Sepetiba, que é reproduzida, e conseqüentemente, a sociedade da pesca como chama Diegues (2004), se reproduz.

Essa existência que representa o vivido, segundo Massey (2008) está na indissociabilidade do espaço-tempo, que Carlos (2015) indaga ser uma produção social e conseqüentemente um produto, pois o espaço está sempre em construção, como processo. Nesse sentido, Massey (2008) afirma que o se espaço é social, precisa ser entendido pelo viés político, pois segundo Santos (2002) uma ação planejada em um lugar, interfere no outro.

Santos (2002) faz um movimento intelectual para explicar como ocorre essa interferência. Primeiramente, explica que os fixos, modifica o lugar, com ações que resultarão nos fluxos, recriando condições ambientais e sociais. Os portos na Baía de Sepetiba se encaixam perfeitamente como exemplo ao exercício intelectual de Santos (2002). Os portos, seguindo a análise do autor são a configuração territorial na Baía de Sepetiba (Foto 2).

**Foto 2- Portos na Baía de Sepetiba.**



Fonte: Porto Sudeste, 2017.

A materialidade acrescida da vida que a anima, isto é, as relações sociais acarretam no espaço produzido socialmente, sempre com intenções. Por isso, não se pode deixar sistema de objetos dissociado do sistema de ações. Para Santos (2012) a artificialidade dos objetos causa estranheza ao lugar e aos habitantes, como ocorre na Baía de Sepetiba, condicionando a forma para as ações e o surgimento de novos objetos. Nesse sentido, novos portos têm surgido, fazendo com que a natureza se desnaturalize, como nos mostra o autor, ganhando valor.

Como mercadoria, o mar tem o seu valor de troca, se sobrepondo sobre o valor de uso. Harvey (2016) discute valor de uso e valor de troca como a mais essencial das contradições, pois serve de fundamento para todas as outras. O mar da Baía de Sepetiba agora é a extensão da propriedade privada, que interfere na relativa autonomia do pescador artesanal, tornando o seu trabalho um sacrifício. A pesca, que é resultado de seu trabalho fica mais difícil, pois demanda maior tempo e disponibilidade, interferindo no valor social do trabalho do pescador artesanal. Assim, o dinheiro passa a ser uma representação do sacrifício, do esforço e do desprazer em relação às

dificuldades enfrentadas para exercer a atividade, levando mais tempo para pescar.

O sacrifício do pescador artesanal é o significado do reducionismo imposto à natureza na Baía de Sepetiba, percebido pela indissociabilidade de espaço-tempo, como nos mostra Harvey (2009) e Massey (2008). Essa relação espaço-tempo é considerada por Harvey (2009) na abordagem sobre desenvolvimentos geográficos desiguais. A particularidade revela as consequências dos processos que produzem desenvolvimentos geográficos nos cotidianos, isto é, nos modos de vida, de formas desiguais.

Para Harvey (2004) somos restritos diante das contradições do mundo, mas precisamos mudar o mundo, a partir de nós mesmos, para uma construção social. O autor nos esclarece a partir da metáfora do arquiteto rebelde o sentido de mudar a obra, não aceitando a repressão para estabelecer o domínio. Essa tensão faz parte da condição do espaço e tempo, que Harvey (2009) compreende através da tríade relacional, absoluto e relativo.

O espaço absoluto para Harvey (2009) é o tempo no seu mínimo conceitual, isto é, não é vivido intensamente. Os portos operam na Baía de Sepetiba, na forma de propriedade privada. Harvey (2009) vai de encontro ao espaço absoluto de Lefebvre que o percebe como de exclusão. Essa exclusão é provocada pelos portos e legitimada pelo Estado, que regulamenta e normatiza os terminais portuários privados. É entendida por uma privação da vida do pescador artesanal em exercer sua atividade.

Os pescadores artesanais são múltiplos, e por isso, o espaço relativo de Harvey (2009) é essencial para a compreensão do processo que ocorre na Baía de Sepetiba. O pescador artesanal possui a mesma localização relativa do outro nesse espaço-tempo, entretanto, cada um possui sua análise diferenciada em relação ao espaço absoluto, por que trazem a este suas experiências acumuladas através das suas trajetórias de vidas. Essas trajetórias influenciam no espaço relacional, que não é só físico, é o espaço percebido através dos desejos, sacrifícios, exaustão, tristeza e esperança. A multiplicidade dos pescadores artesanais na Baía de Sepetiba foi determinante para a escolha da tríade de Harvey.

A tríade de Harvey é as dimensões do espaço que na Baía de Sepetiba, não sendo compreendida de forma separada, mas dialogando, e revelando a amplitude do espaço – tempo, como um todo.

### **O COTIDIANO COMO POSSIBILIDADES PARA A PESCA ARTESANAL NA LUTA CONTRA O LEVIATÃ**

Santos (2012) em seu esforço teórico enxerga o cotidiano como dimensão do espaço. Ao desvendar o cotidiano no espaço, Santos (2012) percebe a alienação, que ocorre nesta dimensão. Para o autor a alienação já proposta por Marx se estabelece com mais robustez frente a nossa inércia aos objetos atuais. São muitas as dimensões da alienação que podem ser discutidas com amplas referências, entretanto, Santos (2012) traz a dimensão de nós não percebermos o que está por trás do objeto, isto é, a intencionalidade. Não percebemos como somos condicionados a utilizar o objeto, ou até mesmo aceitá-lo sem entendê-lo.

Santos (2012) usa o aparelho de barbear como exemplo de como somos conduzidos, mostrando a condução que nos é imposta. Seguindo a ideia do autor, exemplificamos com os submarinos nucleares. Para que a sua produção fosse viável, a Marinha do Brasil construiu um estaleiro (porto) na Ilha da Madeira (Foto 3). O discurso por parte das autoridades é o de garantir a segurança e a soberania do país, que para Santos (2012) é o do uso e da sedução. Nesse sentido, é o discurso para o consumo do espaço, como mercadoria, na Baía de Sepetiba. Um discurso que promove até a aceitação dos moradores locais e dos pescadores artesanais, que são quem vive do mar.

**Foto 3- Estaleiro da Marinha.**



Fonte: Fabio Fabrini – 2015.

Para Santos (2002) há também a esfera do discurso da ação, para a legitimação, isto é, para a aceitação dócil, neste caso na sociedade da pesca. Pensando nos autores do discurso, resgatamos aqui, o Leviatã-Estado. O monstro que vem para resolver conflitos intervindo, provoca mais contradições. Com um discurso em seu relatório de Impacto Ambiental, a Marinha do Brasil, declarou não haver população tradicional na Baía de Sepetiba, em especial a Ilha da Madeira. Esse discurso invade o cotidiano, permitindo que a modernidade se instale e que o pescador artesanal não se oponha, ou reaja no seu tempo, diante da hegemonia do Estado. Mas qual o tempo da reação?

O pescador artesanal é o homem de seu tempo, isto é, das suas práticas vividas que o constitui como ser social. Silva (2014) ao discutir a prática de vida do pescador artesanal esclarece que este é um sujeito que trabalha sem horário fixo, isto é, podendo ser à noite, de madrugada. Quando a sociedade está dormindo, ele trabalha na solidão. Sua sociabilidade inclui o conhecimento das ondas, dos ventos, das marés, além de gostar do que faz e de estar com seus parceiros comuns.

Pensando em Santos (2002), o pescador artesanal é um ser social que vive diferente da sociedade global, usa outros recursos, se contrapõe ao tempo do Estado e das empresas, que são hegemônicas. O seu trabalho e sua economia são lentos, pois são os portos que necessitam de velocidade rápida, por isso é hegemônico. Esse homem, lento para Santos (2002) é o ordinário para Certeau (1998), que vê as diferenças e pensa as práticas sociais agindo nos indivíduos. Esse é o caminho que Certeau (1998) trilha para perceber as microrresistências que fundam as microliberdades. A astúcia do pescador artesanal em migrar para o turismo desloca a fronteira da dominação, que inverte a perspectiva e firma a base da invenção do cotidiano.

É possível pensar o pescador artesanal como qualquer ser social, que é historicamente constituído, pelo viés de Heller (2014). Dessa forma,

acompanha ao longo do tempo as transformações em sua vida cotidiana, por isso a relação consciente não é apenas em torno do eu, mas do coletivo, que se dá no tempo, como uma construção permanente do amanhã no hoje, definindo um projeto, que é uma ação. Essa ação contínua e cotidiana para o pescador artesanal é o que Lefebvre (1991) chama de significado da vida, que só pode ser encontrado na própria vida, isto é, no cotidiano.

Para Lefebvre (1991) os conflitos estão na vida cotidiana, por isso propõe uma crítica mais profunda dos homens e das ações, sendo necessário enxergar com acuidade o cotidiano, se desprendendo do simples e percebendo a sua complexidade. O autor destaca a vida dura do trabalhador e critica que olhamos e não percebemos se tornando banal aos nossos olhos. Isso é alienação, que se dá no cotidiano. Esbarramos nos juízos provisórios, que Hellen (2014) nos mostra poder ser preconceitos, que tem como função manter a dominação e a força das empresas e do Estado. Para essa força, Silva (2014) nos mostra que o pescador artesanal necessita desaparecer ou não aparecer, mesmo com o pescado fresco e o camarão sendo muito apreciados. Para a autora é um profundo processo de alienação e de fetiche da mercadoria, fazendo do pescador uma metáfora, um ser poético, ou até mesmo uma pintura, que Harvey (2013) chama de fantasma nas prateleiras.

O pescador artesanal é o ser social ocultado na sociedade, por isso é necessário entender esse indivíduo, como propõe Certeau (1998) que é influenciado pela sociedade e determinado na relação social. O cotidiano, onde se tem a produção da vida, que é simultaneamente a produção do espaço é fundamental para entender como o Estado e seus mitos fortalecem a cotidianidade (LEFEBVRE, 1991). Junior (2015) ao discutir o espaço em Lefebvre, nos mostra que este tem o seu fetiche, assim como a mercadoria, pois este é mercadoria. Como tal, o espaço é consumido e necessita de ter as relações sociais dissimuladas, assim o cotidiano é domesticado como nos mostra Ferreira (2015).

Não é somente o mar na Baía de Sepetiba que tem sido consumido com o turismo, mas o espaço como um todo, isto é, a vida cotidiana dos pescadores artesanais, sua cultura, seu conhecimento do mar, do vento e seu

barco. A cultura do pescador artesanal passa a ser também, uma mercadoria. Como mercadoria, por esse viés, o pescador artesanal continua tendo a invisibilidade na relação social (ELIAS, 1994). Está sendo controlado pelo tempo, tendo o horário para realização do turismo, que faz perder a relativa autonomia que sua atividade de pescador artesanal tem como característica.

O pescador artesanal quando usa seu barco para o turismo tem o relógio para o seu autocontrole, que neste caso pode estar se conformado, como todos os outros indivíduos (ELIAS, 1994). Todavia, no turismo, o pescador artesanal entra no mundo da competição para atrair o turista, com barcos adaptados com banheiro e churrasqueira. Sabemos que as circunstâncias levam o pescador artesanal a tomar essas atitudes, espontâneas, sem estar preso a um roteiro, mas não deixando de questionar a lógica do Estado e das empresas portuárias, por isso ele é ator (FERREIRA, 2015).

Para Ribeiro (2005) é possível perceber no micro o controle do macro, onde as instituições, como as colônias de pescadores perdem parte do compromisso com o indivíduo (aqui o pescador artesanal), sendo usadas para o controle do comportamento com atividades que fogem a esfera do cotidiano do pescador artesanal. Esse controle imposto cotidianamente é o que para Elias (1994) provoca o “muro invisível”, pois deixa o pescador artesanal cada vez mais separado de si, e conseqüentemente, da sociedade. É o estranhamento, que Elias (1994) apresenta como o fenômeno do indivíduo perder a preocupação com o outro.

Todavia, Ribeiro (2005) esclarece que é possível buscar a sociabilidade, e isso se faz no cotidiano e no lugar. Essa busca pelo prazer em viver a vida em comum, que aqui entendemos como sociabilidade do pescador artesanal é a busca da vida cotidiana, que Goonewardena (2011) enxerga como possibilidades. É a perspectiva de transformação, que é uma forma de resistência, isto é, estratégia para fugir da opressão. Nesse sentido, o turismo de pesca que o pescador artesanal realiza com seu barco é uma forma de resistência, para sua vida cotidiana não ser completamente reificada. Na Ilha

da Madeira, em Itaguaí, o estacionamento gratuito para turistas (Foto 4), que seria cais para o Porto Sudeste se tornou símbolo dessa resistência.

Foto 4- Estacionamento gratuito na Ilha da Madeira.



Fonte: Vinhas, 2017.

O estacionamento gratuito para os turistas significa a permanência de pescadores com barcos no cais, embora estes sejam controlados e exerçam outra atividade. Mesmo em outra frente de trabalho o pescador artesanal enxerga a sua particularidade, as suas relações sociais, por isso ele resiste, criando estratégias de sobrevivência, que são as microrresistências. A permanência no cais para o pescador artesanal é a resistência pela vida cotidiana.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Iniciamos este artigo com uma metáfora, que foi o princípio norteador desta discussão: de que o Estado é o Leviatã na Baía de Sepetiba. Nada mais apropriado que um monstro marinho para representar o interventor na vida cotidiana do pescador artesanal. A ideia do Leviatã, que deu origem ao filme dirigido por Andrey Zvyagintsev em 2014, trata da relação indivíduo e Estado, na Rússia, mas que nos direciona a pensar essa relação na Baía de Sepetiba.

As prerrogativas de defesa das liberdades individuais, que o Estado deveria proporcionar aos indivíduos ficam somente na teoria, com um funcionamento muito diferente. Isso é explícito no filme, mas estamos falando da Baía de Sepetiba, onde o Estado, como Boron (2006) nos mostra é organizador das relações de poder. Boron (2006) nos alerta que Hobbes não dialoga política e economia, por isso a defende a monarquia absolutista, que na verdade é o Estado. Da mesma forma, o autor nos esclarece em Marx que todo Estado é uma ditadura, se aproximando de Progrebinschi (2009).

A vida cotidiana, que é a luta pela sobrevivência do pescador artesanal é negada quando o Estado, com sua soberania, permite o título de propriedade privada às empresas portuárias, em Área de Proteção Ambiental, com manguezal. No movimento da contradição do capital, a propriedade provoca a desapropriação da vida do pescador artesanal. A vida do pescador artesanal fica subjugada a um cotidiano desigual, onde Carlos (2015) afirma ocorrer pelas intervenções do Estado no espaço, revelando o fetiche deste, que para Junior (2015) dissimula as relações sociais.

O entendimento do espaço pelo viés político se torna necessário, quando este é negado na qualidade de processo civilizatório trazido pelo desenvolvimento do capitalismo, que para Carlos (2015) o torna mercadoria. O cotidiano do pescador artesanal tem o seu sentido contestado, que para Vaneigem (2002), é a qualidade de vida, fundamental para a sobrevivência. Essa qualidade de vida que para Vaneigem (2002) deve ser soberana é posta em cheque quando o espaço, como mercadoria conduz ao conformismo pelo viés de sua sedução.

O progresso para a Baía de Sepetiba com a instalação dos portos privados põe em perigo o cotidiano do pescador artesanal, que possui

subjetividades que o constitui como ser social. O pescador artesanal, que antes era senhor do seu tempo, dependendo unicamente das condições atmosféricas, agora é condicionado pela política do Estado, que direta ou indiretamente atinge o seu cotidiano. Nesse sentido, nada mais apropriado do que discutir as contradições da política do Estado com o pescador artesanal, a partir da visão do Enigma do político de Thamy Pogrebinschi.

Pogrebinschi (2009) nos esclarece que a distinção entre a política e o político merece uma explicação minuciosa. Na visão da autora o Estado serve como divisor entre eles, sendo a política a descrição das coisas no seu âmbito. Já o político, em sua visão, ordena como devem ser antecipadamente e explicitamente após o seu desvanecimento. Todavia, o político que é um devir, está em processo, isto é, em construção, na medida em que a política se torna objeto de crítica. Para que o político não seja construído de maneira equivocada, como nos mostra Maffesoli (1997) é necessária a luta cotidiana do pescador artesanal, que se dá na vida social e não seja marcada sempre pela submissão do Estado.

Quando Massey (2008) sugere que é preciso ter maior potencial político para pensar o espaço, está criticando a separação do Estado sociedade de alguma forma. A necessidade de pensar o Estado é pertinente, pois como acredita Bourdieu (2008) somos pensados cotidianamente, quando acreditamos estar pensando-o. Assim, o cotidiano do pescador artesanal é pensado, isto é, programado e o Estado se apresenta contraditório nas suas ações.

Contudo, o cotidiano é complexo e Certeau (1998) nos recomenda entender o indivíduo pensando as práticas sociais. É necessário perder a incapacidade de reconhecer o outro como igual, recuperando a capacidade de diálogo como nos alerta Santos (2007). Podemos usar a metáfora bíblica inicial, dos pescadores tentando pegar o monstro com anzóis, para ilustrar as microrresistências que os indivíduos usam para exercer esta atividade atuam para sobreviver na luta cotidiana.

## REFERÊNCIAS

BORON, Atilio A. Filosofia política e crítica da sociedade burguesa: o legado teórico de Karl Marx. En publicacion: Filosofia políticomoderna. In BORON, Atilio A. **De Hobbes a Marx**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciencias Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo. 2006. ISBN: 978-987-1183-47-0, p. 287-328.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. 9 ed. Campinas, SP: Papirus, 2008. Cap. 1: “Espaçosocial e espaçossimbólico”,p. 13-27;Cap.4: “Espíritos doEstado:gênese e estruturadocampoburocrático”,p. 91-124; Cap.5: “É possível umatodesinteressado?”, p. 137-157.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015. Introdução: “Metageografia: ato de conhecer a partir da Geografia”; Cap. 1: “A reprodução do espaço como momento da acumulação capitalista”.

CERTEAU, Michel de.**A invenção do cotidiano**: artes do fazer, Petrópolis, Vozes,3aed, 1998. Parte I: Uma cultura muito ordinária,p.54-100.

GOONEWARDENA, Kanishka. Henri Lefebvre y la revolución de la vida cotidiana, la ciudad y el estado.**Urban**, n. 2, 2011, ISSN 1138-0810.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. Parte II (p. 61-125) ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. Parte II (p. 61-125)

FERREIRA, Alvaro. **A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço**: por que falar em agentes, atores e mobilizações? In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MARAFON, Glaucio José, SILVA, Augusto César P. da (Org.). Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 53-74.

FERREIRA, Alvaro. **Metropolização do espaço, cotidiano e ação**: uma contribuição teórico-metodológica. In: FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MATTOS, Regina Célia de (Org.). Desafios da metropolização do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 69-84.

HARVEY, David. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **Cosmopolitanism and the Geographies of freedom**. New York: Columbia UniversityPress, 2009. Cap. 7: “Spacetime and the world”, p.133-165. *Online*.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004. Cap. 12: “O arquitetorebeldeem ação”, p. 305-334.

HARVEY, David. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. 10 ed. Rio de Janeiro: paz e terra, 2014. “Estrutura da vida cotidiana”, p. 31-62; “Sobre os preconceitos”, p. 63-88.

HOBBS, Thomas. **Leviatã. Ou matéria, forma e poder de um estado, eclesiástico e civil**. São Paulo: Editora Martin Claret. 2012 (1651).

JUNIOR, Orlando dos Santos. **Espaços urbanos coletivos, heterotopia e o direito à cidade**: reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey. In COSTA, Geraldo Magela et all (Org.). Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, p. 215-230.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991, p. 77-119 e 205-216. LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991, p. 77-119 e 205-216.

LEFEBVRE, Henri. **Critique of everyday life**. Vol. 1. London: Verso, 1991 (1947). Cap. 2 (The knowledge of everyday life).

LEVIATÃ. Direção: Andrey Zvyaginsev. Produção: Non-Stop Production. 13 de nov. de 2014.

MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político**: a tribalização do mundo. Porto Alegre: sulina, 1997. Cap. 1: “O político e seu duplo”, p. 27-82; Cap. 2: “A socialidade alternativa”, p. 83-130; Cap.5: “O ‘nós’ comunitário”, p. 193-262.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008. (Primeira Parte: “O senso comum e a vida cotidiana”, p. 51-58; “A peleja da vida cotidiana em nosso imaginário onírico”, p. 59-82; “Apontamentos sobre a vida cotidiana e a História”, p. 83-96).

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 89-95 (A vida no espaço).

POGREBINSCHI, Thamy. **O enigma do político**: Marx contra a política moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Cap. 3: “O mo(vi)mento do político: a verdadeira democracia”, p. 205-288; Cap. 4: “O escopo do político: a emancipação humana”, p. 289-384.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, set-dez. 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma Sociologia do presente: ação, técnica e espaço.** Volume 4. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. “Ação e seleção social” (p. 137-148); “Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método” (p. 149-172); “Micro-conjuntura: uma proposta de análise da aceleração da vida urbana” (p. 173-192); “Leituras de movimentos: conjuntura, ação e poder” (p. 193-208)

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996, Cap. 2 O espaço: sistemas de objetos, sistemas de ação (p. 50-71), Cap. 3 O espaço geográfico, um híbrido (p. 72-88)

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA, Cátia Antônia. **Pesca artesanal e produção do espaço.** Desafios para a reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

Zvyagintsev, Andrey. **"Leviatã", um filme que divide a Rússia.** Disponível em: <http://www.dw.com/pt-br/leviat%C3%A3-um-filme-que-divide-a-%C3%BAssia/a-18237007>. Acesso em : 15 de dezembro de 2017.